

EJA E FORMAÇÃO: TECENDO PERCEPÇÕES SOBRE A JUVENILIZAÇÃO DA MODALIDADE

Stefanny Maia Ferro
Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Alice Damasceno Lima
Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

RESUMO

A sociedade contemporânea tem passado por avanços importantes no que concerne à sua evolução social, principalmente no âmbito da educação. Dentre as transformações importantes está a organização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todo âmbito nacional, com o advento da execução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), espaço importante de formação dos sujeitos considerados fora da faixa etária adequada. Com tal âmbito, a presente pesquisa se faz relevante devido à necessidade de se conhecer o perfil dos jovens, oriundos, quase que em sua totalidade, de grupos sociais periféricos. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo central estudar o perfil dos jovens de 18 a 29 anos frequentadores de uma escola de ensino fundamental e médio localizada no bairro Benfica, em Fortaleza, quanto às suas expectativas e motivações relacionadas a essa modalidade de ensino, juntamente com os motivos que os levaram a sair do ensino regular e o retorno para a EJA. Para fundamentar o presente trabalho foi feito um levantamento sócio-histórico da EJA no Brasil, como também uma análise discursiva sobre os conceitos de juventude, EJA e sua consequente juvenilização. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas visitas à instituição de ensino, além de coletas de dados na própria instituição pesquisada, ciclo de entrevistas com a gestão da escola e a aplicação de questionários estruturados com os educandos na faixa etária que corresponde à juventude, determinada pelo Estatuto da Juventude. Como conclusão, foi verificado que existe um alto índice de jovens frequentadores das aulas de EJA na instituição pesquisada e, a partir disso, constatou-se a efetivação da juvenilização da EJA no espaço investigativo, apontando-se como decorrência para a construção desse fenômeno social.

Palavras-chave: EJA. Juvenilização. Juventude.

INTRODUÇÃO

O texto que aqui se desenvolve apresenta resultados de uma pesquisa acerca de questões que foram elaboradas mediante o tema proposto em sala de aula, na disciplina de Educação Popular e de Jovens e Adultos, onde nos foi instigado pesquisar a temática “Educação de Jovens e Adultos - EJA e Juventudes”. Buscando afinar a área investigada procurou-se responder a seguinte questão: quem são os jovens que estão demandando a educação de jovens e adultos?

Nesse sentido o presente trabalho se desenvolveu a partir do interesse que foi despertado nos pesquisadores através da leitura de um texto dos autores Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro que tratava sobre juvenilização da EJA, desse modo, busca-se conhecer quem são os jovens que estão adentrando cada vez mais na modalidade EJA, que no início era voltada majoritariamente para um público adulto e, qual o perfil desses educandos:

O rejuvenescimento da população que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fato que vem progressivamente ocupando a atenção de educadores e pesquisadores na área de educação. O número de jovens e adolescentes nesta

modalidade de ensino cresce a cada ano, modificando o cotidiano escolar e as relações que se estabelecem entre os sujeitos que ocupam este espaço (BRUNEL, 2004, p. 09)

É indispensável que seja percebido os aspectos e motivos que levaram esses jovens a abandonar o ensino regular e ingressarem ainda como jovens na modalidade EJA, como também, os fatores sociais e educacionais que contribuíram para essa desistência. Percebida a importância no âmbito escolar da abordagem de tal temática, se originou o interesse em investigar a EJA na sua totalidade: o seu público e como é percebida no contexto educacional contemporâneo, tendo como base um microespaço de atuação.

Esta pesquisa que se configura de caráter quantitativo busca através da quantificação de dados colhidos em formulários padronizados, descrever através de causas e relações, o perfil dos jovens frequentadores de uma escola de ensino fundamental e médio e ainda, suas expectativas e motivações relacionadas a essa modalidade de ensino (FLICK, 2009). Para alcançarmos tais fins foram feitas três visitas, onde nessas aplicamos 21 questionários, mas em virtude de nossos objetivos, utilizamos apenas 16 para a pesquisa. Pois tomando como referência o conceito de juventude, expresso no Estatuto da Juventude - EJ, em seu parágrafo primeiro, no artigo primeiro, define o jovem como “pessoas com idade entre 15 e 29 anos”. Delimitamos a faixa etária de 18 a 29 anos para esse estudo, pois a instituição pesquisada oferta na modalidade EJA apenas o ensino médio, podendo assim matricular jovens a partir dos 18 anos.

A EJA enquanto espaço formativo acaba por ser tratada à luz da marginalidade dentro das outras modalidades de ensino. Compreender esse importante espaço de construção de uma forma de fazer educação, que promove uma conscientização dos sujeitos pertencentes à mesma, acaba por trazer à tona aspectos importantes para a formação dos educandos pesquisados. Tal premissa também traz contribuições importantes para os discentes do curso de pedagogia, que segundo mudança curricular recente, passaram a compreender a EJA como alternativa complementar formativa em seu percurso no ensino superior, não a tendo mais como obrigatória na formação do pedagogo (MACEDO, 2010).

BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

A EJA configura-se como a modalidade de ensino que contempla aqueles que, por algum motivo, não tiveram acesso à escolarização na idade própria. A nomenclatura é recente – a sigla EJA foi introduzida a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 – mas, o público desta modalidade constitui-se historicamente, desde os tempos da

colonização, com as iniciativas jesuíticas de educação: jovens e adultos não escolarizados que precisam se preparar para executar trabalhos que demandam alfabetização e conhecimentos escolares.

A partir da década de 30, a demanda pela escolarização de adultos adquire caráter de política pública, sendo incluído na Constituição de 1934. Nessa época passa a se considerar outros impactos que a modalidade proporciona para o desenvolvimento do país, como a elevação do nível educacional e cultural da população; além dos benefícios individuais proporcionados pela educação, como a amplificação das possibilidades de trabalho e o acesso a profissionalização. No entanto, é a partir da década de 40 que eclodem importantes iniciativas nesse sentido, como a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, e também, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha Nacional de Educação de Adultos, ambos em 1947 (DI PIERRO e JOIA, 2001).

A criação de programas de escolarização voltados para adultos se estendeu até os anos 50, no entanto, mesmo sendo voltadas especificamente para adultos, somente na década de 60, com Paulo Freire, é que surge a preocupação com uma metodologia que compreenda as especificidades da fase adulta. É neste período que surgem movimentos educacionais que não se limitavam a alfabetizar e escolarizar esses adultos, mas tinham por objetivo a formação crítica dos educandos, torná-los seres pensantes, políticos, atentando para seus direitos enquanto cidadãos.

No entanto, esta nova concepção de educação inspirada por Paulo Freire não durou muito, devido à forte repressão do militarismo. As iniciativas que se seguiram eram voltadas estritamente para a alfabetização, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que visava a “alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos” (BRASIL, 1967). Nota-se, a partir daí, a inclusão do público mais jovem na demanda do segmento educacional, até então, voltado para adultos.

Pouco tempo depois, em 1971, institui-se o Ensino Supletivo, um novo modelo de ensino que concede aos jovens e adultos a oportunidade de concluir o nível obrigatório de estudos em tempo reduzido. Entretanto, a oferta pública do nível obrigatório de escolarização só contemplava o público de 7 a 14 anos, fato que só veio mudar em 1988, como afirmam Di Pierro e Joia (2001, p. 10):

O direito, mais amplo, à educação básica, só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988, como resultado do envolvimento no processo

constituente de diversos setores progressistas que se mobilizaram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres.

Esse direito veio a ser reiterado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que dedica a Seção V à EJA, e que traz, além da alteração do nome – anteriormente Ensino Supletivo – mudanças na idade mínima para o acesso à modalidade de educação de jovens e adultos. A idade para ingresso no nível fundamental na modalidade EJA, passa a ser 15 anos e 18 anos para o ingresso no ensino médio. Fato que, de acordo com Carvalho (2009), contribui para a juvenilização da EJA, que se constitui como a problemática do presente trabalho.

EJA E JUVENTUDES

O Estado Brasileiro expressa, através do Estatuto da Juventude - EJ, o reconhecimento do “papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país” (BRASIL, 2013). A partir disso, questionamos o conceito de juventude tomando como referência sua inserção nos mais diversos meios sociais. Sob a perspectiva de Pais (1990), a juventude é uma construção social, um grupo com interesses comuns que se constitui dentro de um contexto público e que por isso não se considera um conceito estático dentro das diversas tramas sociais:

A juventude quando referida a uma fase de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo. (PAIS, 1990, p.146).

A partir dessa evidência, procuramos perceber o perfil do jovem que busca a EJA para concluir os estudos básicos e o que instiga esse jovem ao retomar a escola; suas motivações, razões para o abandono do ensino regular, levando em consideração o contexto social em que estes estão inseridos. Carvalho (2009) faz referência a entrada precoce no mercado de trabalho, às expectativas da sociedade atual e à ascensão social como fatores que levam o educando a buscar a Educação de Jovens e Adultos. As camadas sociais menos favorecidas nas atuais dinâmicas, por exemplo, adentram no mercado de trabalho mais cedo, isso para sustento próprio de suas necessidades pessoais, e também, para colaboração financeira com a economia familiar; levando-os à saída do ensino regular, mesmo que posteriormente retornem a conclusão dos estudos:

O ingresso cada vez mais antecipado dos jovens no mercado de trabalho, a esperança de conseguir um emprego, principalmente das camadas de baixa renda,

tem provocado uma grande demanda nos programas de EJA, inicialmente destinados a adultos, em virtude da minoria jovem. Para esse contingente de jovens, a busca pela elevação da escolaridade está articulada ao mercado de trabalho, cujas expectativas estão direcionadas às novas exigências do mundo moderno, à ascensão e à mobilidade social. (CARVALHO 2009, p. 05).

Partindo dessa conjectura é percebida a juvenilização da modalidade de ensino EJA, concebida inicialmente dentro de seu histórico para o público adulto com já citado anteriormente:

Um fenômeno que vem sendo observado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos por educadores(as) e pesquisadores(as) e que se destaca em um recorte histórico que marca o início da década de 2000 é o processo aligeirado de juvenilização dessa modalidade de ensino. (FRENCKEN; ALVES, 2013)

Carvalho (2009) defende que vários fatores contribuem para que essa categoria seja permanente dentro da EJA. Para os autores o ensino regular deficiente, evasão, repetência, emprego e aligeiramento na conclusão dos estudos são fatos que contribuem para a procura dos jovens por essa modalidade. Outro fator a que o autor considera, como já citado anteriormente, é a alteração na LDB, onde houve a redução da idade para ingresso na Educação de Jovens e Adultos.

A Lei de Diretrizes e Bases, Lei no 9.394/96, no Art. 38, § 1º, ao reduzir a idade para a realização de exames de 18 anos para 15 anos no Ensino Fundamental e de 21 anos para 18 anos no Ensino Médio, vem contribuindo para o aumento significativo do número de jovens. (CARVALHO, 2009).

A LDB auxiliou a sedimentar as bases legais relativas à EJA em âmbito nacional, fazendo com que tal modalidade de ensino alcançasse sua ênfase em promover uma educação que não apenas auxiliasse na codificação das palavras, como também, para a leitura do mundo ao seu entorno social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente análise tem como pressuposto apresentar um panorama qualitativo sobre o lócus da pesquisa. Dentro desse contexto, dialoga-se sobre o número baixo de frequência dos educandos matriculados, o excessivo número de jovens matriculados conforme amostra colhida no universo da pesquisa, a distorção entre idade e perfil seriado dos educandos, dentro da perspectiva do ensino regular no campo da EJA.

A instituição escolar onde a pesquisa foi realizada caracteriza-se por atender em seu período vespertino educandos pertencentes ao ensino fundamental I e II. Dentro dessa

perspectiva, em uma lógica regimentar, diferencia-se da EJA, pois não atende jovens considerados fora da faixa etária habitual de ensino, muito menos adultos ou idosos. Chamou a atenção o número excessivo de sujeitos fora da faixa etária regular de ensino. Tal fato evidenciou-se em todo percurso deliberativo da presente pesquisa, não tendo predominância visual de gênero entre os sujeitos observados.

Na primeira visita foi entrevistada a diretora e se fez um levantamento de algumas informações referentes à escola; a mesma possui 68 matriculados e 49 estão frequentando regularmente. Na segunda visita foram aplicados 13 questionários, onde apenas 9 foram considerados, pois eram os que se enquadravam na faixa etária pesquisada. E, a terceira visita ocorreu no intuito de aumentar o número de sujeitos pesquisados, então foram aplicados 8 questionários e desses foram utilizados 7. O questionário aplicado foi fechado e continha 8 questões, além de perguntar a idade, sexo, estado civil e atuação no mercado de trabalho.

Ao adentrar no âmbito da sala de aula, nos poucos momentos de interação direta entre educador e educandos ficou perceptível que a docente em questão não trabalhava de maneira coerente que remete a prática da EJA dentro do sistema formal de ensino, em conformidade também com o pensamento ideológico de Freire (1987). A relação teoria e prática da docente não concebe minimamente um dos preceitos básicos que conceituam a EJA, que é correlacionar o ensino a partir do contexto social do sujeito.

O jovem carrega dentro do âmbito social um conjunto de rótulos comportamentais preconcebidos, desde a sua concepção enquanto sujeito pertencente a um determinado grupo social. No âmbito das escolas que trabalham a modalidade da EJA, geralmente, pertencentes à camadas periféricas da sociedade, esses sujeitos recebem rótulos que enaltecem os seus possíveis defeitos, não evidenciando potencialidades escondidas em suas concepções de mundo mais aprofundadas. Um desses rótulos é o chamado coloquialmente de “aluno problema” que de acordo com Carvalho (2009, p. 5) significa que:

Os jovens e adultos também são vistos sob o estereótipo de aluno-problema que, ao não se ajustar ao ensino regular, é, conseqüentemente, encaminhado a EJA. Assim, esta modalidade de ensino passa a receber todos aqueles que não conseguiram fazer seu percurso na escola regular, os quais acabam por se tornar vítimas do caráter pouco público do sistema escolar.

Assim, reflete-se sobre o grande número de jovens na EJA e o baixo número de alunos matriculados, como também, a questão da baixa frequência nessa modalidade. No campo da pesquisa, após a aplicação dos questionários, evidenciou-se quantitativamente que dos 68 alunos regularmente matriculados na instituição, apenas 49 a frequentam regularmente.

O número reduzido de matrículas na instituição dentro da ótica da EJA se dá devido a sua rotulação social, pois se acredita que na EJA, em sua maioria, estão alunos que têm dificuldades dentro do processo de ensino-aprendizagem, dessa forma, acabam por ser estigmatizados erroneamente. Junto a isso, vem a elevada quantidade de jovens percebida na escola pesquisada, 16 sujeitos do total de 21 pesquisados se enquadram na faixa etária da categoria jovem, determinada segundo o Estatuto da Juventude. Nesse quadro evidencia-se a questão da relação entre idade e série, evidenciada no ensino regular. Em diversos contextos da EJA essa relação se dá de maneira divergente em sua completude. Frencken e Alves (2013, p. 112) em relação a questão idade e série determina que:

Esses grupos são constituídos, em sua grande maioria, de educandos(as) que tem sua trajetória escolar marcada por períodos de reprovação e retenção, seja nos anos finais do ensino fundamental I (1o ao 5o ano) ou nos anos iniciais do ensino fundamental II (6o ao 9o ano) e que se encontram no momento na chamada distorção idade série.

A partir dessa afirmativa, foi possível analisar paralelamente a idade que os jovens participantes da pesquisa deixaram a escola regular, a série em que isso aconteceu, e também, a idade que os mesmos retornaram para a EJA; as respostas para essa análise foram possíveis a partir das questões que perguntavam a idade atual do educando, com quantos anos e em que série ele abandonou o ensino regular, e também, com quantos anos ele ingressou na modalidade EJA. Essa análise permitiu perceber que o índice de repetência era alto e, conseqüentemente, a maioria dos alunos estava com uma idade muito avançada em relação à série em que cursavam quando deixaram a escola regular.

Tal fato nos mostra as inúmeras dificuldades para se alcançar uma aprendizagem significativa, e ainda, o quanto a escola muitas vezes não está preocupada com essa distorção idade/série, distanciando os alunos até que estes não se encaixem no universo da escola regular e abandonem a escola, seguindo para a EJA. Com as respostas relativas à questão que indagava quais os motivos que levaram ao abandono do ensino regular e tinha como opções “problemas familiares - dificuldades de permanência - necessidade de trabalhar - gravidez- outros” constatamos 2 outros motivos que levaram ao abandono da escola: os problemas familiares e a necessidade de trabalhar. Tendo como base os dados da pesquisa, Frencken e Alves (2013, p. 1) mostra que:

As regras sociais enquadram os jovens em “duas juventudes”. Na primeira, a idade biológica se constitui como direito a estudar; a irresponsabilidade; lazer; tempo; sonhar, enfim, às regalias proporcionadas por essa fase da vida. A segunda, compreendendo a mesma idade biológica, contrária à primeira, compreende a idade

social (Idem, 2003); coloca os jovens prematuramente na disputa pelo mercado de trabalho, com responsabilidades de suprir suas necessidades existenciais, sem tempo para sonhar.

Desse modo, com as respostas evidenciadas na investigação, ficou perceptível que vários jovens recebem responsabilidades de cunho social que evidenciam a fase adulta, tais como deveres relativos ao lar, assim que atingem a faixa etária da juventude, deixando de lado estudos, lazer e sonhos para assumir compromissos cobrados pela família e pela sociedade, entrando assim, no mercado de trabalho prematuramente, com o objetivo de auxiliar nos custos financeiros pessoais. Ademais, é nessa etapa que o indivíduo é levado a se responsabilizar pelos problemas familiares, trazendo assim mais deveres para esses jovens.

Por entrarem no mercado de trabalho com apenas o ensino fundamental, vários jovens buscam retomar os estudos através da EJA, para que assim, conquistem o certificado de educação básica completa e tenham maiores chances de obter um trabalho mais bem remunerado. Dessa forma, Carvalho (2009, p. 08) afirma que:

Os perfis dos jovens que buscam, por meio da EJA, a elevação da escolaridade, são daqueles que acreditam que ela poderá assegurar um futuro melhor. Veem como resultado, ao retorno aos estudos, o melhorar de vida, acreditando que o mundo do trabalho exige tal qualificação.

Nessa perspectiva, quando perguntado o motivo do retorno aos estudos, a opção mais escolhida foi “aumentar possibilidade de emprego”, dessa forma, foi possível perceber que eles buscam uma oportunidade de melhoria salarial, e conseqüentemente, melhores condições de vida. Nesse contexto ainda, pode-se avaliar a segunda resposta mais obtida para essa pergunta, que foi “ingressar no ensino superior”, onde o motivo se assemelha quando se busca uma maior qualificação para o que o mercado pede:

Ainda que o trabalho venha perdendo a centralidade que teve no passado recente na construção das identidades dos sujeitos e grupos sociais, ele continua a ser um fator importante nessa construção, especialmente nas camadas sociais em que ele é a fonte exclusiva para prover os meios de subsistência. A contração e o acirramento da competição no mercado de trabalho no período recente só veio tornar mais explícitas e urgentes as necessidades de qualificação profissional das pessoas adultas (DI PIERRO E JOIA, 2001, p. 15).

O trabalho é tido como alternativa de mudança de perspectiva de vida numa lógica onde a educação na mentalidade de muitos, acaba por ser tida como de cunho salvacionista, o que difere da perspectiva da aquisição de uma consciência crítica dos sujeitos. Freire (1987) ao dialogar sobre a perspectiva da aquisição de uma consciência crítica dos sujeitos com o mundo e para o próprio mundo social que o cerca, avalia que isso se dá por um processo de

reconstrução de si como princípio empoderador do meio social que o cerca. Isso se deu de forma coesa em décadas passadas na sociedade brasileira, como a partir da década de 1960, no movimento ferrenho de migração do campo para as cidades onde “alguns aspectos, no entanto, têm evidenciado a necessidade de apreciação desse movimento de migração que se caracterizou como o processo de juvenalização da EJA.” (FRENCKEN e ALVES, 2013, p. 112.)

Freire (2009, p. 126), sobre a dimensão de oprimidos e opressores, lógica social profundamente vista na constituição social da EJA em âmbito nacional, evidencia que:

De fato, quanto mais os oprimidos vejam os opressores como imbatíveis, portadores de um poder insuperável, tanto menos acreditam em si mesmos. Foi sempre assim e continua sendo. Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio de compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é uma esperança que nos move. (FREIRE, 2009, p. 126).

A EJA possibilita lutas sociais peculiares, pois dentro da premissa da educação popular, com os sujeitos protagonistas dessa pesquisa, acaba ser uma tentativa de constituir um campo da educação que dialogue intimamente com os sujeitos invisíveis sociais e todo o sistema escolar injusto que o cerca, inclusive na própria EJA. A dimensão de Freire (1987) mostra que isso é possível conceber tal premissa com uma educação verdadeiramente libertadora, atenta às peculiaridades dos sujeitos e sempre em sintonia com as transformações cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível perceber que ainda há um grande desafio em conceber a EJA em sua totalidade, assim como abismos no âmbito da educação de jovens e adultos ainda permeiam a construção de uma nova maneira de fazer educação, onde os sujeitos possam sentir-se protagonistas da mesma. A EJA enquanto educação popular busca verdadeiramente realizar essa construção de forma coletiva, sempre mediada pelo mundo social com seus embates e desafios cotidianos.

A presente investigação não tem a ganância de mudar as concepções universais da EJA na contemporaneidade, mas percebê-las em sintonia com as transformações sociais que surgem em todas as camadas sociais, inclusive, nas camadas sociais mais vulneráveis, como as dos sujeitos atendidos pela mesma. Dentro das respostas obtidas, percebeu-se a questão da

juvenilização naquele espaço de atuação da EJA. Os jovens, segundo a instituição pesquisada e terminologias existentes no Estatuto da Juventude, acabam por ser efetivamente a maioria indetentária naquela instituição, evidenciando um pouco do movimento contínuo que ocorreu nessa conjuntura há décadas atrás. A EJA apresentada nesta investigação é o retrato de uma sociedade que tem como características profundas feridas em sua construção enquanto espaço de efetivação de direitos universais constituídos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estatuto da Juventude. 2013. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/estatutodajuventude.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.
- _____. LEI Nº 5.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm. Acesso em: 01 jul. 2016.
- BRUNEL, Carmen. Jovens Cada Vez Mais Jovens na Educação de Jovens e Adultos. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CARVALHO, Roseli Vaz. A Juventude na Educação de Jovens e Adultos: Uma categoria provisória ou permanente?. p. 7803 – 7815, Out. 2009.
- FLICK, Uwe. Introdução a Pesquisa Qualitativa. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 16a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- _____. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FRENCKEN, Claudete da Silva Moraes; ALVES, Rita de Cássia Lima. Educação Freireana e Juventudes na EJA: Uma ação dialógica para o ser mais. Revista lugares de Educação [RLE], Bananeiras/PB, v.3 n.5, p. 111-124, jan.-jun. 2013.
- MACEDO, Roberto Sidnei. Compreender Mediar a Formação: o fundante da educação. Brasília-DF: Liber Livro, 2010.
- MARIA CLARA DI PIERRO, M. C.; JOIA, O. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cad. CEDES, vol.21, nº.55, Campinas, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300005>; Acessado em: 27/06/2016.
- PAIS, José Machado. A Construção Sociológica da Juventude: Alguns contributos. 1990. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.